



RELATÓRIO DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

19 de maio de 2004

Participantes:

MEDIADOR: Mauro Menezes

RELATOR: Luiz Philippe Vieira de Melo Filho - ausente

SECRETARIA: Eneida Vinhaes Bello Dultra

REPRESENTANTES DO GOVERNO:

Osvaldo Martines Bargas (Coordenador); José Francisco Siqueira Neto (Coordenador-Adjunto), Nelson Santos, Domingos Lino (Assessores: André Bucar, Salvador Laurino, Juliana Garcia).

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES:

João Carlos Gonçalves (Coordenador); Artur Henrique da Silva Santos (Coordenador-Adjunto); Geraldino Santos Silva, Hugo Perez, Pascoal Carneiro, Rosane Silva, (Assessores: Lílian Marques, Clemente Gans).

REPRESENTANTES DOS EMPREGADORES:

Lúcia Rondon (Coordenadora), Magnus Ribas (Coordenador-Adjunto); Marcos Tavares Leite, (Assessores: Adriana Giuntini, Cristina Linhares, Cristiana Ribeiro e Alencar Rossi).

Às 11h40 do dia 19 de maio de 2004, iniciou-se a 7ª Reunião da Comissão de Sistematização. O primeiro ato da Reunião foi o de aprovar a Ata e o Relatório da 6ª Reunião, que não encontrou maiores problemas em seu teor, só duas ressalvas, o fato de trocar a bancada na qual o nome do Sr. Artur se encontra, que não é a dos Trabalhadores, e a alteração da expressão “não regulamentação da” por “regulamentar a”, que está na segunda página da Ata. A Coordenação do FNT ficou, ainda, de fazer adequações no relatório da 6ª reunião da Comissão de sistematização para fazer constar todos os GT's que serão instalados em 2004, com o seu calendário indicativo de reuniões.

Passamos então para a discussão sobre as considerações relativas ao Anteprojeto de Lei sobre Ações Coletiva, - tutela jurisdicional dos conflitos coletivos, passou-se então a palavra ao representante da bancada dos Trabalhadores, Sr. Artur Henrique, que elencou primeiramente o fato de ser complicada a análise das propostas de ações relacionadas a arbitragem e greve, pois sempre trazem referência aos demais projetos que não foram divulgados. Sr. Artur informa ainda que as Centrais ainda não possuem um consenso sobre este assunto, pois ainda se encontra em fase de discussão com suas Assessorias Jurídicas, mas que já pode afirmar que a proposta sobre substituição processual é positiva. Um outro fato levantado pelos trabalhadores é que devem ser mais claros os dispositivos sobre as ações diretas de direito homogêneo e heterogêneo, e finalizou sua exposição informando que será apresentado um texto com os resultados das análises e sugestões.

Acerca do mesmo assunto, deu-se a palavra à Coordenadora da bancada dos Empregadores, que após avaliar o Anteprojeto, informou que sua Assessoria Jurídica ainda está elaborando a contraproposta a ele, e que para tanto foi constituído uma Equipe Técnica interna para a avaliação dos artigos 1º ao 31º. Em relação às discordâncias com o referido projeto, destaca-se o fato de não estar bem definido se os direitos difusos se aplicam efetivamente às relações do trabalho.



Após essas colocações, o Coordenador da bancada do Governo, Dr. Bargas destacou que o principal motivo para se discutir os anteprojetos antes de serem enviados à Casa Civil, é garantir o máximo de consensos entre as bancadas.

O Coordenador Técnico do FNT, Dr. Siqueira Neto, informou que sempre deverá ser criado um projeto de lei sobre os assuntos que sejam frutos de discussões políticas. Já o mediador lembrou que a qualquer momento o Supremo Tribunal Federal poderá retomar o julgamento sobre substituição processual.

O Coordenador da bancada do Governo, Dr. Bargas propôs que haja uma reunião entre os Assessores Técnicos das bancadas e a Coordenação Técnica do Governo, ficando então agendada para o dia 07 de junho a Reunião bipartite entre o Governo e os Empregadores, na FEBRABAN, e no dia 09 de junho entre os Trabalhadores e o Governo, na FUNDACENTRO.

A próxima Reunião da Comissão de Sistematização ficou marcada para os dias 29 e 30 de junho, com intuito de avançar e concluir as discussões sobre todos os Anteprojetos em análise.

Passou-se então às apresentações pela bancada do Governo dos Anteprojetos sobre Organização Sindical, Negociação Coletiva, Conselho Nacional de Relações do Trabalho e Greve, os quais foram entregues aos participantes, condicionando-os a não publicização e que seja dado vista somente aos presentes e suas assessorias técnicas, e esta condição foi acolhida por todos.

Foi avisado a todos sobre a possibilidade de alterações em termos e expressões contidas nos anteprojetos, não em seus méritos, e que para dar maior agilidade pode ser feita por meio eletrônico.

Foi solicitado o adiamento da reunião do GT 4 sobre Legislação do Trabalho para o dia 15 de julho, o que foi aceito pelas bancadas.

Finalizando, solicitou-se que as bancadas encaminhem as propostas de modificações da CLT até o dia 30 de junho, desta forma a bancada do Governo poderá compilar as propostas antes da Reunião do Grupo de Trabalho.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião.

Brasília, 19 de maio de 2004.

Mauro de Azevedo Menezes

Relator – *Ad Hoc*